

ARR, aprendizagem regulatória e o direito ao erro do administrador

Autor(a): José Vicente Santos de Mendonça

Publicado em: 01 de março de 2023

Publicação: jota_import

Link JurisTube: <https://juristube.com.br/colunistas/jose-vice-santos-de-mendonca/arr-aprendizagem-regulatoria-e-o-direito-ao-erro-do-administrador>

Fonte original: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/reg/arr-aprendizagem-regulatoria-e-o-direito-ao-erro-do-administrador>

Identificador citável: juristube.com.br/colunistas/jose-vice-santos-de-mendonca/arr-aprendizagem-regulatoria-e-o-direito-ao-erro-do-administrador#ep-424900bc

Resumo

Erraremos ao adotar a ARR como forma de divulgar apenas bons resultados; Análise de Resultado Regulatório não é marketing de repartição

Texto integral

Com a publicação do Decreto Federal 10.411, em meados de 2020, a Análise de Impacto Regulatório (AIR) ganhou uma irmã, a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR). Enquanto na AIR são estudados os efeitos esperados de uma regulação, na ARR são estudados seus efeitos observados . Um aspecto no qual as duas ferramentas divergem é na popularidade. Quando o Decreto 10.411 foi publicado, já tínhamos mais de 600 relatórios de AIR, mas só 10 relatórios de ARR [1] . Entre os países da OCDE, avaliações regulatórias ex-post também exibem “menor prioridade do que ferramentas ex-ante” [2] . A OCDE levanta duas hipóteses para explicar a predileção [3] . A primeira é que regulações velhas não gerariam o mesmo senso de urgência ou interesse do que as novas. A segunda, destacada aqui, diz respeito ao receio dos reguladores em descobrir, em uma ARR, que a regulação não atingiu os objetivos pretendidos com sua adoção. Teriam os reguladores razão para temer? Quais as consequências de um relatório de ARR que conclua que a regulação não funcionou? Pois bem: políticas públicas frequentemente falham; dependendo da métrica, em cerca de metade das vezes [4] . Uma das possíveis razões é que políticas públicas são sistemas complexos, que não podem ser controlados ou estimados perfeitamente ex - ante [5] . A política regulatória depende da mudança de comportamento para atingir seus objetivos. Entre a publicação de um ato normativo e a obtenção dos resultados pretendidos, há um sem-número de variáveis. Ferramentas de melhoria regulatória, como a AIR e a ARR, buscam aperfeiçoar a tomada de decisão, incorporando a melhor evidência disponível e submetendo constantemente premissas, hipóteses e conclusões às partes. Isso não as torna livres de erros. O erro é inevitável, e é na ARR que será avaliado, para que ajustes possam ser recomendados. De certa forma, o erro é até desejável: deve-se buscar errar de forma rápida e sábia. Fail better , dizia Samuel Beckett. Erraremos – agora sim — ao adotar a ARR como forma de divulgar apenas bons resultados. ARR não é marketing de repartição. Assim, existe um direito ao erro do administrador público, que se materializa, de modo didático, em ARR's que espelham iniciativas fracassadas [6] . Sonegá-las é impedir o aprendizado da comunidade. O objetivo de uma

ARR deve ser o de promover a aprendizagem regulatória [7] , trazendo informações sobre a regulação analisada, e que, eventualmente, possam auxiliar futuras intervenções. A ideia é cometer erros diferentes no futuro, e, em longo prazo, errar menos. Mas errar é humano, demasiado humano – tanto na regulação quanto em qualquer lugar. [1] Ver UERJ Reg (2020). Análise de Impacto Regulatório: Panorama Geral. Relatório técnico. Disponível aqui. e UERJ Reg (2021). A Análise de Resultado Regulatório pré-Decreto nº 10.411/2020. Relatório técnico. Disponível aqui . [2] OECD, (2017). Government at a Glance, OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/22214399> . [3] OECD (2020). Reviewing the Stock of Regulation , OECD Best Practice Principles for Regulatory Policy, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/1a8f33bc-en> . [4] Dependendo do que se entende por sucesso ou fracasso, políticas falham entre 25 e 50% das vezes. Ver Andrews, Matt (2018) . Public Policy Failure: ‘How Often?’ and ‘What is Failure, Anyway’? A Study of World Bank Project Performance. Working Paper nº 344. Center for International Development at Harvard University . [5] Ver Mueller,B. (2020) Why public policies fail: Policymaking under complexity, Economia , Volume 21, Issue 2, pp. 311-323, <https://doi.org/10.1016/j.econ.2019.11.002>. [6] Dionísio , Pedro. O Direito ao Erro do Administrador Público no Brasil. GZ Editora, 2019. [7] Ver Coglianese (2018) It's Time to Think Strategically About Retrospective Benefit Cost Analysis Opinion. The Regulatory Review: A Publication of the Penn Program on Regulation. Disponível em: <https://www.heregreview.org/2018/04/30/coglianese-think-strategically-retrospective-benefit-cost-analysis/> Acesso em: 08/2021

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

DE MENDONÇA, José Vicente Santos. ARR, aprendizagem regulatória e o direito ao erro do administrador. *jota_import*, 1 mar. 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/reg/arr-aprendizagem-regulatoria-e-o-direito-ao-erro-do-administrador>. Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em: <https://juristube.com.br/colunistas/jose-vicente-santos-de-mendonca/arr-aprendizagem-regulatoria-e-o-direito-ao-erro-do-administrador>. Acesso em: 26 ago. 2026.

APA 7ª edição

Mendonça, J. V. S. D. (2023, March 1). ARR, aprendizagem regulatória e o direito ao erro do administrador. **jota_import**. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/reg/arr-aprendizagem-regulatoria-e-o-direito-ao-erro-do-administrador>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

DE MENDONÇA, José Vicente Santos. 2023. "ARR, aprendizagem regulatória e o direito ao erro do administrador." **jota_import**, March 01. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/reg/arr-aprendizagem-regulatoria-e-o-direito-ao-erro-do-administrador>

BibTeX

```
@article{jos-vicente-santos-de-mendon-a-arr-aprendizagem-regulat-ria-e-o-direito-2023,
author = {Mendonça, José Vicente Santos de},
title = {ARR, aprendizagem regulatória e o direito ao erro do administrador},
journal = {jota_import},
year = {2023},
url = {https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/reg/arr-aprendizagem-regulatoria-e-o-direito-ao-erro-do-administrador},
urldate = {2023-03-01}
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/colunistas/jose-vicente-santos-de-mendonca/arr-aprendizagem-regulatoria-e-o-direito-ao-erro-do-administrador>

PDF gerado em 2026-08-26 21:25 UTC